

BC: Pix terá versão off-line no futuro

A possibilidade de fazer operações com Pix sem o uso da internet poderá facilitar o pagamento de pedágios e do transporte público. Banco Central ainda pretende lançar Pix Automático em 2024

► RAFAELA GONÇALVES

Em um futuro próximo, o Pix, principal instrumento de pagamentos do país, poderá ser feito sem a necessidade de estar conectado à internet. De acordo com o Relatório de Gestão do Pix, divulgado ontem pelo Banco Central, a novidade poderá facilitar o pagamento de pedágios, transporte público e outros serviços.

Atualmente, não é possível realizar uma transferência do gênero sem que o dispositivo do usuário não esteja com acesso à rede. "O uso de novas tecnologias que tornam a experiência de pagamento ainda mais rápida pode ser benéfico principalmente em alguns casos de uso específico, como pagamentos de pedágios em rodovias, estacionamentos e transporte público", informou um trecho do documento.

O relatório traz uma análise sobre os primeiros anos de funcionamento da ferramenta de pagamentos, entre 2020 e 2022, além de previsões ambiciosas sobre novas funcionalidades que poderão ser incorporadas no futuro, como operações internacionais. Segundo o BC, Pix off-line "tem potencial de ampliar o acesso e dar mais comodidade ao usuário, estimulando novas dinâmicas de uso e a substituição de meios de pagamento menos eficientes". "Muitos negócios que hoje não são realizados pela falta de conectividade poderão ser viabilizados instantaneamente, de forma simples, segura e com menor custo", apontou.

O BC afirmou também que está considerando o desenvolvimento do Pix Automático, modalidade que funcionará como um débito automático mediante autorização prévia do pagador. Com a ferramenta, prevista para ser lançada em 2024, brasileiros poderão quitar despesas recorrentes, como contas de água, luz

e telefone, sem precisar autenticar cada transação.

"Dada a maior quantidade de agentes aptos a oferecer a solução aos recebedores, espera-se que o custo também seja menor do que o atualmente observado na oferta de serviços similares", destacou a autoridade monetária.

Em meio à polêmica sobre um possível fim do parcelamento sem juros no cartão de crédito, na tentativa de abaixar os juros do crédito rotativo, a autarquia prevê o parcelamento de compras através do Pix. Segundo o BC, não há um único modelo sendo praticado, há soluções que vinculam uma concessão de crédito pessoal à transação Pix e soluções que permitem o pagamento de uma transação na fatura do cartão de crédito. "O BC monitora a evolução desse mercado e o uso dessas soluções, podendo, futuramente, caso julgue necessário, decidir pela criação de um produto único ou pela definição de regras mínimas a serem observadas pelas instituições", informou.

Pix internacional

Outra expectativa é de que o Pix possa ser usado como forma de pagamento para o exterior. Atualmente, apenas contas brasileiras estão integradas no sistema de pagamentos instantâneos. Nesse sentido, o BC disse que o meio de pagamento já foi desenvolvido para facilitar esse tipo de conexão, adotando padrões internacionais de comunicação, e que está acompanhando iniciativas ao redor do mundo.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, declarou, ontem, que um sistema de pagamentos transfronteiriços irá melhorar o comércio exterior do Brasil. O comentário foi feito durante um fórum promovido pelo JPMorgan e veio em meio a esforços da autarquia para internacionalizar a ferramenta. Ele disse ainda que

Preferência nacional

Foram feitas 2,9 bilhões de transações Pix em dezembro de 2022, contra 1,4 bilhão em dezembro de 2021; aumento de 107% em um ano, conforme dados do Banco Central

VEJA ALGUMAS CURIOSIDADES DO BALANÇO DO PIX:

■ O maior Pix já feito foi de **R\$ 1,2 bilhão**, em dezembro de 2022.

■ **R\$ 1,2 trilhão** foi o valor transacionado em dezembro de 2022, contra R\$ 718 bilhões transacionados em dezembro de 2021; aumento de 67% no valor transacionado

■ **R\$ 257,00** é o valor médio das transações entre pessoas físicas (dado de dezembro de 2022)

■ **93%** das transações feitas por pessoas físicas são até R\$ 200,00 (considerando todas as transações desde o lançamento do Pix até dez/22)

■ **551 milhões** é o número de chaves registradas (devidas por 77% da população adulta e 67% das empresas com relacionamento vigente no Sistema Financeiro Nacional — dado de dez/22)

■ **133 milhões** de pessoas e 11,9 milhões de empresas usam o Pix (dado de dez/22)

■ **71,5 milhões** de usuários incluídos com o Pix*

*Considerando usuários que, nos 12 meses anteriores ao Pix, não utilizavam TED e passaram a utilizar o Pix após o seu lançamento. Fonte: Banco Central



O debate é que nós estamos migrando para o mundo da tokenização"

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central



o país precisa reduzir custos nas transações transfronteiriças e defendeu o método de críticas, ao dizer que seu sistema evita fraudes por ser rastreável.

Para o advogado especializado em direito bancário, Marcelo Godke, outro impulso para as transações internacionais será o Drex, a primeira moeda virtual oficial do Brasil. Segundo ele, a viabilização desse mecanismo está prevista na agenda do BC, dentro da missão de facilitar as transferências

financeiras. "A moeda digital pode ser um facilitador nessa implantação porque essa tecnologia usada é adequada para envolver operações de câmbio entre os países", avaliou.

Segundo Campos Neto, mesmo que as moedas digitais carreguem um estigma devido ao histórico de problemas no mercado, existe uma clara tendência de transformar ativos em representações digitais. "O debate é que nós estamos migrando para o mundo da tokenização."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7